FRONTEIRA E CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS: EXPROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM BREJO (MA)

Lyandra Ferreira Rabelo[1]

Ademir Terra[2]

Filipe Ricardo Ferreira Rabelo[3]

Vanderson Viana Rodrigues[4]

INTRODUÇÃO

A questão agrária no Brasil constitui um fenômeno histórico complexo e multifacetado, enraizado nas formas de ocupação territorial estabelecidas desde o período colonial e continuamente reconfigurado pelas dinâmicas expansionistas do capital. Nesse sentindo conforme destaca Rodrigues (2024, p. 265), trata-se de uma das problemáticas mais persistentes do país, uma vez que os processos de (des)envolvimento, exploração e povoamento estão diretamente vinculados à maneira como se estruturou a apropriação do espaço agrário.

Essa herança colonial, articulada posteriormente ao avanço da modernização capitalista, conformou relações sociais no campo profundamente marcadas pela subordinação aos interesses do mercado e da lógica do lucro. Como observa Oliveira (2003, p. 121), o campo brasileiro moderno passa a converter a agricultura em um negócio orientado pela rentabilidade e regulado pelo mercado mundial. Tal configuração contribui para a permanência de conflitos sociais no meio rural, os quais não se restringem à contemporaneidade, mas expressam uma continuidade histórica do processo de formação territorial do país (Oliveira, 1994, p. 15).

Esses conflitos evidenciam o embate entre diferentes formas de apropriação e uso do território, colocando em oposição o capital (em suas múltiplas expressões) e os trabalhadores rurais, sejam eles camponeses ou pertencentes a outros grupos sociais (Oliveira, 1994, p. 13). Nessa perspectiva, territórios ocupados por populações com modos de vida distintos e relações específicas com a natureza entram em confronto com a lógica de dominação capitalista. Como aponta Terra (2016, p. 180), é precisamente nesse choque entre racionalidades que se intensifica a conflitualidade socioterritorial

Diante desse quadro, o presente capítulo tem como objetivo analisar os conflitos socioterritoriais no município de Brejo, inserido na Região Geográfica Imediata de Chapadinha, no estado do Maranhão. A análise centra-se na expansão do agronegócio, especialmente da sojicultura, sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades camponesas e quilombolas, com destaque para a comunidade quilombola Saco das Almas.

Parte-se da premissa de que a expansão da fronteira agrícola no campo não constitui um processo neutro, mas um processo político voltado à ampliação da territorialização do capital. Nessa perspectiva o território assume simultaneamente dimensões políticas e econômicas, configurando uma relação dialética mediada pelo Estado (Terra, 2024, p. 204).

1 Discente em Geografia Licenciatura na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo (GEPQAM); E-mail: Lyandraf97@gmail.com

2 Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Professor Associado do Departamento de Geografia (DEGEO) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); E-mail: ademirterra@professor.uema.br

3 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Mestre em Geografia Pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); graduado em Geografia licenciatura pela UEMA; Professor substituto da UEMA; E-mail: vanderson2016rodrigues@gmail.com

4 Graduando em Geografia Licenciatura na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais do Campo (GEPQAM); E-mail: filipef733@gmail.com

Os resultados apontam que a expansão da fronteira agrícola, no contexto do MATOPIBA, não pode ser compreendida como vetor de crescimento econômico, mas como espaço de intensos conflitos entre diferentes racionalidades. Conforme argumenta Martins (1997), a fronteira representa um desencontro de temporalidades históricas distintas, constituindo-se um espaço de alteridade. Nesse cenário confrontam-se, de um lado, a lógica mercantil e excludente do agronegócio e, de outro, os projetos territoriais das comunidades tradicionais, fundamentados na reprodução social, cultural e identitária.

METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se no método dialético, ancorado no materialismo histórico, compreendendo os conflitos territoriais como expressão das contradições inerentes à expansão do capital no campo. Nessa perspectiva, a realidade social é entendida como um processo dinâmico, marcado pela tensão entre forças opostas, em constante transformação (Rossi, 2014, p. 253). Tal abordagem possibilitou apreender de um lado, as experiências e narrativas de resistência das comunidades camponesas e quilombolas frente aos processos de expropriação (tese) e, de outro, os interesses e práticas do agronegócio, representado pela expansão da sojicultora (antítese). A síntese foi construída a partir da articulação entre os dados empíricos e as informações secundárias, permitindo compreender a complexidade das relações sociais, econômicas e ambientais que estruturam o território analisado.

Nesse sentindo orienta-se pela concepção de que a investigação científica deve apreender a realidade em sua materialidade e movimento, captando suas determinações, formas de desenvolvimento e conexões internas, para então expor criticamente o seu funcionamento Marx (1983, p. 20). Essa diretriz norteou todo o percurso metodológico da pesquisa.

A entrevista semiestruturada foi adotada por permitir um diálogo flexível com os sujeitos locais, articulando um roteiro previamente elaborado com abertura para emergência de novas questões ao longo da interação. Conforme destaca Manzini (1991), esse tipo de entrevista se organiza em torno de um conjunto de perguntas principais, que podem ser complementadas por outras, formuladas a partir das circunstâncias e do desenvolvimento da conversa, favorecendo a apreensão de aspectos imprevistos e relevantes à pesquisa.

Buscou-se, ainda, entrevistar o sojicultor mais próximo da comunidade quilombola, porém sem êxito. Tal ausência de interlocução revela, por si só, a fragilidade (ou mesmo inexistência) de canais de diálogo entre os diferentes atores sociais que compõem o recorte espacial investigado, constituindo um dado significativo para a análise dos conflitos socioterritoriais.

Os procedimentos adotados envolvem a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas. Foram realizadas revisão bibliográfica e documental, análise de dados secundários, além de trabalho de campo com observação direta e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram conduzidas com moradores, lideranças comunitárias e o pároco do município possibilitando a apreensão de diferentes perspectivas sobre os conflitos socioterritoriais investigados (Quadro 1).

Quadro 1 - Trabalhos de Campo Realizados e Informações Coletadas

Campo	Localização	Data	Atividades Realizadas	Informações Coletadas
1º	Brejo - MA; Comunidade de Saco das Almas; Centro Urbano e Paróquia; PA. Santa Tereza	27 a 29 de janeiro de 2024	Entrevistas com lideranças comunitárias e moradores; Visita às áreas de moradia; Observação das dinâmicas territoriais e de conflito.	Impactos do agronegócio na comunidade; Modos de resistência local; Uso do território pelos quilombolas e suas dificuldades
2º	Comunidade Quilombola Saco das Almas, Brejo - MA	19 a 25 de julho de 2025	Tentativa de entrevista com sojicultor da região; Visitas durante o processo de extração do coco pelas quebradeiras de coco babaçu; Observação da produção de farinha.	Uso do território pelos quilombolas e suas dificuldades; Falta de diálogo entre os diferentes atores sociais

Org.: Rabêlo, 2025.

Como assevera Minayo *et al.* (2002, p. 52), o trabalho de campo constitui um momento privilegiado de aproximação com a realidade investigada, possibilitando a construção de conhecimento a partir da interação direta com os sujeitos e com o contexto empírico. Tal perspectiva orientou a condução desta pesquisa em sua totalidade, valorizando a imersão no território como estratégia central de compreensão dos fenômenos analisados.

No que se refere ao trabalho de campo, foram realizadas duas visitas à comunidade quilombo Saco das Almas, situada no município de Brejo-MA, nos meses de janeiro de 2024 e julho de 2025. Essas incursões foram fundamentais para aprofundar a aproximação com o público-alvo da pesquisa. Durante as atividades, realizaram-se entrevistas com lideranças e moradores, visitas às áreas de cultivo e moradia, bem como ao Assentamento Santa Tereza. Ademais, acompanhou-se o desenvolvimento de práticas tradicionais, como o trabalho das quebradeiras de coco babaçu e da produção de farinha, o que possibilitou observar, de forma direta, as dinâmicas territoriais, socioeconômicas e os conflitos presentes no cotidiano local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção do Brasil na lógica do capitalismo global promoveu uma profunda reconfiguração da agricultura, convertendo-a em uma atividade orientada pela lógica do lucro e pela regulação do mercado mundial (Oliveira, 2003, p. 121). Esse processo, entretanto, não ocorreu de forma linear ou harmônica, sendo acompanhado por tensões e conflitos que constituem uma marca histórica do desenvolvimento agrário e da ocupação do território do país.

No estado do Maranhão, inserido na fronteira agrícola do MATOPIBA, tais contradições se intensificam, configurando um cenário privilegiado para a análise do embate entre a rápida expansão do agronegócio e a reprodução social de comunidades tradicionais. Conforme aponta (Marques, 2024, p. 27), essa região de destaca como uma das principais áreas de expansão da fronteira agrícola brasileira, caracterizada pelo avanço de monocultura como soja, milho, algodão, cana, eucalipto, além da pecuária, sobretudo sobre áreas do Cerrado.

O processo de territorialização do capital, conforme Raffestin (1993, p. 143), materializa-se quando determinados atores se apropriam de um espaço e nele inscrevem suas lógicas de uso e dominação. No contexto agrário brasileiro, esse movimento é frequentemente respaldado por políticas públicas e por um aparato jurídico que favorece a concentração fundiária e apropriação privada de terras por agentes detentores de capital.

Em contraposição, as comunidades tradicionais mobilizam estratégias de resistência que reafirmam seus vínculos territoriais, identitários e culturais, contestando a racionalidade excludente do agronegócio. Como destacam Rocha, Feliciano e Foschiera (2024, p. 538), a luta e o conflito constituem formas centrais de enfrentamento adotada por esses sujeitos sociais diante da imposição de um projeto hegemônico no campo.

No município de Brejo no Maranhão, essa dinâmica se expressa de maneira particularmente intensa. Com uma área de 1.073,258 km^2 e população de 34.120 habitantes (IBGE, 2022), inserido majoritariamente no bioma Cerrado (IBGE, 2023), o município tornou-se um espaço emblemático dos processos de expropriação e reconfiguração territorial, sobretudo após sua incorporação à lógica do MATOPIBA - decreto nº 8.447[5].

A expansão da sojicultura, iniciada no final da década de 1990, foi protagonizada majoritariamente por produtores oriundos da região Sul do Brasil incidindo sobre um território historicamente ocupado por populações camponesas, cuja presença remonta a mais

5 [...] 2ª O PDA - Matopiba orientará programas, projetos e ações federais relativos a atividades agricolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá a harmonização daqueles já existentes, observadas as seguintes diretrizes: I - Desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias; II - Apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; III - Ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais (BRASIL, 2015).

de dois séculos (Andrade, 1995, p. 27; Andrade, 2008). Essa sobreposição de territorialidades evidncia uma contradição estrutural: de um lado, a pressão exercida pelo agronegócio, de outro, a resistência de comunidades tradicionais, cujos direitos são frequentemente negligenciados por um modelo de desenvolviment excludente (Martins, 1990, p. 13).

O processo de modernização agrícola, associado à chamada "revolução verde", resultou em uma modernização de caráter conservador. Embora tenha promovido ganhos de produtividade, consolidou um modelo tecnificado e subordinado à lógica do mercado, sem democratizar o acesso à terra. Nesse contexto, o Estado assume frequentemente um papel ambíguo, atuando como um agente que, ao mesmo tempo em que regula, também legitima práticas que favorecem a concentração de poder e de recursos, operando aquilo que (Thompson, 1981, p. 57) denomina como uma "legalização da ilegalidade".

Essa configuração encontra raízes históricas mais profundas no Maranhão, especialmente a partir da década de 1970 com a implementação de políticas como a pela Lei de Terras nº 2979 (Lei de Terras Sarney), que desconsiderou as formas de uso da terra e favoreceu grandes empreendimentos agropecuários, minerais e industriais, a exemplo do Programa Grande Carajás. Como consequência, intensificaram processos de expulsão de pequenos produtores, concentração fundiária, degradação ambiental e precarização do trabalho, incluindo ocorrência de trabalho análogo à escravidão.

Dessa forma, o Maranhão se consolida como expressão de um modelo de acumulação capitalista que articula escalas globais e regionais, aprofundando desigualdades e convertendo a terra e os recursos naturais em mercadorias voltadas ao mercado internacional. Dados recentes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2025), indicam que a produção de grãos no estado, na safra 2024/2025, alcançou 8,79 milhões de toneladas, representando um crescimento de 18,6% em relação à safra anterior, evidenciando a intensificação desse processo. A Tabela 1 apresenta o detalhamento desse desempenho produtivo.

Tabela 1 - Desempenho do agronegócio do Maranhão nas safras 2023/2024 e 2024/2025

Indicador / Cultura	Safra 23/24	Safra 24/25	Variação
Área plantada (ha)	2,00 milhões	2,25 milhões	9,50%
Produtividade (kg/ha)	3.590 kg/ha	3.890 kg/ha	8,30%
Produção total de grãos (t)	7,41 milhões	8,79 milhões	18,60%
Soja (t)	4,32 milhões	4,85 milhões	12,40%
Milho (t)	2,75 milhões	3,41 milhões	24%
Arroz (t)	192 mil	279 mil	45%

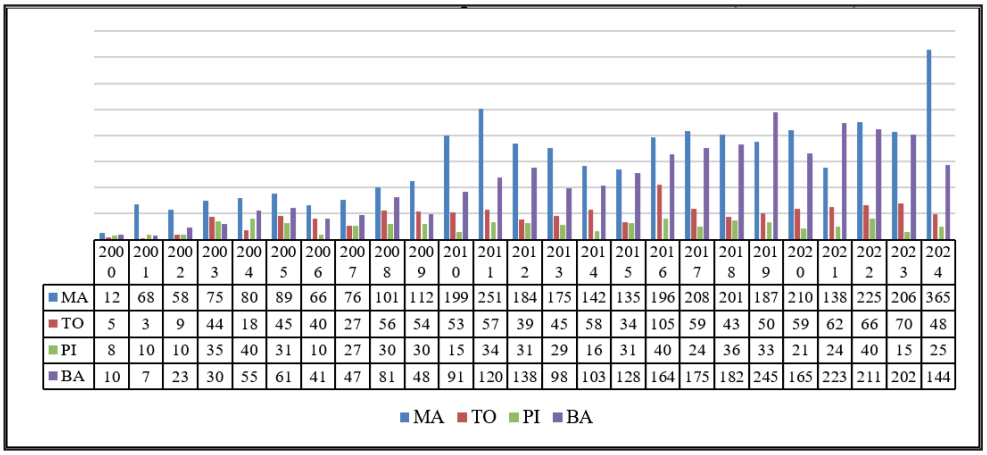
Fonte: Conab, 2025

Org.: Rabelo, 2026

Em 2025, o Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM) movimentou 13,5 milhões de toneladas de grãos, com 11,7 milhões de toneladas de soja e 1,8 milhão de toneladas de milho destinados majoritariamente aos mercados asiática e europeu. Apesar desse expressivo desempenho logístico e produtivo, tal crescimento não se traduz em melhorias concretas para a maior parte da população rural maranhense, evidenciando o caráter socialmente excludente e espacialmente seletivo da intensificação do capitalismo no campo.

A expansão das fronteiras agrícolas do MATOPIBA tem sido acompanhada pelo aumento dos conflitos agrários, como demonstra o Gráfico 1, que registrou um pico histórico de 365 ocorrências no Maranhão em 2024.

Gráfico 1 - Número de conflitos por terra no MATOPIBA (2000–2024)



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
MA	12	68	58	75	80	89	66	76	101	112	199	251	184	175	142	135	196	208	201	187	210	138	225	206	365
TO	5	3	9	44	18	45	40	27	56	54	53	57	39	45	58	34	105	59	43	50	59	62	66	70	48
PI	8	10	10	35	40	31	10	27	30	30	15	34	31	29	16	31	40	24	36	33	21	24	40	15	25
BA	10	7	23	30	55	61	41	47	81	48	91	120	138	98	103	128	164	175	182	245	165	223	211	202	144

MA TO PI BA

Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 2000 a 2024;

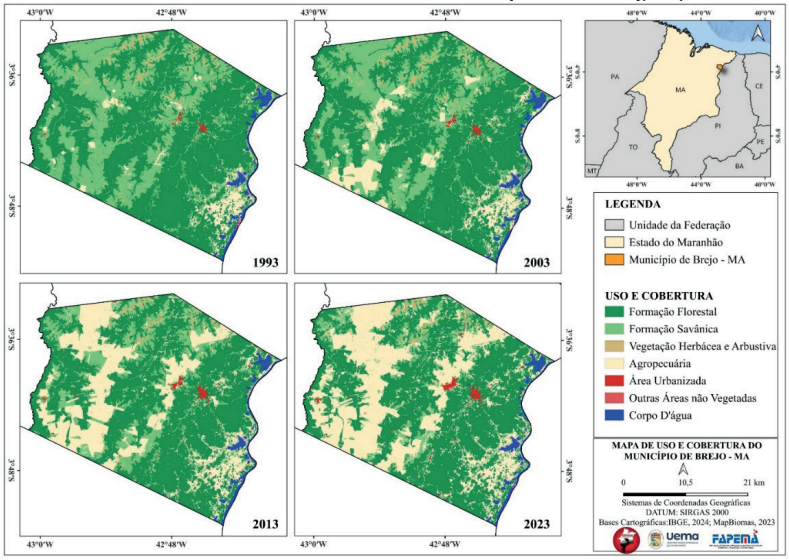
Org.: Rabêlo, 2026

A concentração desses conflitos na Bahia e no Maranhão, revela o avanço da territorialização do capital em detrimento da desterritorialização de comunidades camponesas e povos tradicionais (Fernandes, 2000, p. 281). Esse processo é frequentemente operacionalizado por políticas e instrumentos normativos que, sob o da eficiência logística e da inovação tecnológica viabilizam a expropriação acelerada de territórios, aprofundando a assimetria entre os interesses do capital e a capacidade de resistência dos grupos sociais afetados (Macedo, Stoffel e Veloso, 2024, p. 482).

No bioma do Cerrado, a expansão do agronegócio tem provocado profundos impactos socioambientais, comprometendo a reprodução das culturas camponesas. A cultura camponesa, compreendida como um conjunto de práticas, valores e significados constrídos em seu processo de reprodução social, entra em confronto com outros projetos de uso do território sendo constantemente tensionada por interesses externos (Marques, 2004, p. 153).

No município de Brejo, observa-se uma profunda transformação da paisagem ao longo das últimas décadas. A análise do uso e cobertura da terra entre 1993 e 2023 (Mapa 3) evidencia a intensificação da expansão agrícola. Para as comunidades locais, contudo, o território não se restringe a uma dimensão física, constituindo-se como base material e simbólica da existência, onde se articulam cultura, economia e relações de poder (Porto-Gonçalves, 2012, p. 34).

Mapa 3 - Uso e cobertura do solo no município de Brejo (1993 – 2023)

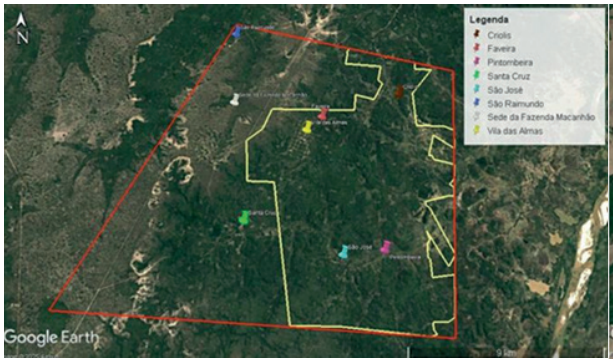


Fonte: IBGE, 2024; MapBiomas, 2023;
Org.: Conceição, 2025.

O uso tradicional dos recursos naturais, baseado na agricultura familiar e na extração de produtos nativos, revela uma relação com a terra que ultrapassa a mera subsistência. Como relatado por um morador: "...as comunidades trabalhavam sempre de roça, da agricultura familiar... plantavam milho, feijão, macaxeira, arroz, maxixe, abóbora... também extraíam bacuri, pequi, murici e outras plantas medicinais" (Entrevista, 2024). Tais práticas evidenciam uma racionalidade distinta, que entra em conflito produtivista do agronegócio, configurando conflitos socioambientais, que conforme Terra (2024, p. 204) têm na disputa pela natureza um de seus principais elementos estruturantes.

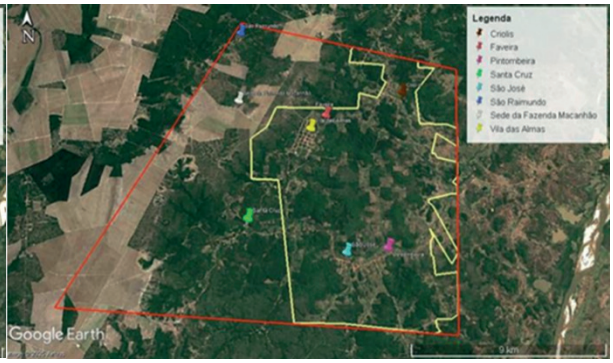
O Quilombo Saco das Almas constitui um exemplo emblemático desse processo. Entre 1990 e 2025, a paisagem da comunidade foi profundamente alterada, com a substituição de áreas de Cerrado, antes manejadas coletivamente, por extensos cultivos mecanizados. Essa transformação evidencia a pressão exercida pelo agronegócio e seus profundos impactos socioambientais, consolidando um modelo de desenvolvimento voltado à produção em larga escala, em detrimento da sustentabilidade e da diversidade territorial.

Figura 1 - Saco das Almas - 1990



Fonte: GoogleEarth, 2025.

Figura 2 - Saco das Almas - 2025



Fonte: GoogleEarth, 2025.

As análises comparativas de uso do território (Figuras 3 e 4), reforçam a fragmentação espacial e a sobreposição de distintos projetos de desenvolvimento. A modernização agrícola impulsionada por políticas estatais e agentes econômicos hegemônicos resultou em desmatamento significativo, uso intensivo de agrotóxicos e aumento da concentração fundiária.

Nesse contexto o Estado frequentemente atua como agente facilitador desses processos, por meio da flexibilização normativa e da legalização de áreas griladas. Como aponta Marques (2025, p. 13) há uma tendência de atendimento às demandas do capital, com o perdão de infrações e a legalização da apropriação indevida de terras públicas, evidenciando uma profunda contradição entre crescimento econômico e justiça socioambiental.

Frente a esse cenário destaca-se a resistência da comunidade quilombola de Saco das Almas, a permanência na luta pela terra constitui um traço marcante desses territórios, mesmo diante de episódios de violência, como demolições de moradias e agressões físicas. Conforme destaca Oliveira (2003, p. 115) há uma inversão na aplicação da justiça, em que aqueles que defendem direitos constitucionalmente garantidos, são frequentemente criminalizados. A fala de uma liderança local sintetiza essa resistência: determinação "essa é uma terra que ganhamos dos nossos antepassados, e não vamos desistir" (Entrevista, 2024).

Certificada como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (Portaria nº 39/2005), Saco das Almas enfrenta entraves institucionais quanto à regularização fundiária. Embora haja reconhecimento da área histórica reivindicada, a morosidade do INCRA na conclusão do processo de titulação gera insegurança territorial, favorecendo a expansão do agronegócio e a continuidade dos conflitos.

A comunidade quilombola pode ser compreendida como uma expressão particular do campesinato, cujas estratégias de resistência articulam dimensões históricas, culturais e

territoriais (Marques, 2008, p. 60). A identidade étnica e a cosmovisão ancestral conferem ao território um significado que transcende a produção econômica, constituindo um espaço de reprodução cultural e espiritual (Almeida, 2011).

Assim, a luta está intrinsecamente à luta pelo reconhecimento identitário e pela preservação de práticas sociais e simbólicas. As formas de resistência manifestam-se tanto no campo político-institucional (por meio da mobilização jurídica e do apoio de organizações como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos) quanto no cotidiano, nas práticas produtivas, culturais e festivas que asseguram a continuidade do modo de vida comunitário.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa reforçam a compreensão de que a expansão do agronegócio no Maranhão, especialmente no contexto do MATOPIBA, não configura como um processo neutro ou meramente técnico, mas uma dinâmica política de territorialização do capital, marcada por conflitos e desigualdades. A análise do município de Brejo e da comunidade quilombola Saco das Almas evidencia que esse modelo de desenvolvimento privilegia a mercantilização da terra e a inserção no mercado global, em detrimento das formas tradicionais de reprodução social.

A intensificação da produção agrícola, particularmente da sojicultura, tem promovido profundas transformações na paisagem do Cerrado, resultando em desmatamento, fragmentação territorial e uso intensivo de insumos químicos. Tais processos são frentemente viabilizado por políticas públicas e mecanismos jurídicos que favorecem a concentração fundiária e a expropriação de territórios historicamente ocupados por comunidades tradicionais.

Por outro lado, a experiência de Saco das Almas revela a força da resistência territorial, expressa tanto na luta institucional pelo reconhecimento de direitos quanto na manutenção cotidiana de práticas culturais, produtivas e identitárias. Essa resistência evidencia que, mesmo diante de condições adversas, as comunidades constroem estratégias para afirmar sua permanência no território.

A abordagem dialética adotada permitiu apreender a complexidade desses processos, articulando as dimensões estruturais objetivas do conflito, como a grilagem de terras, a expansão do agronegócio e os impactos ambientais, as dimensões subjetivas, que envolvem identidades, narrativas e práticas sociais. Em síntese, os conflitos em Brejo expressam o embate entre projetos territoriais antagônicos, reafirmando a centralidade da luta pela terra na compreensão da questão agrária brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pelo apoio acadêmico e institucional. À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro e à formação. Nosso mais profundo agradecimento às comunidades camponesas e quilombolas de Brejo (MA), em especial ao Território Quilombola Saco das Almas, pela acolhida, confiança, partilha de saberes e resistência que tornaram esta pesquisa possível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JÚNIOR, José Sampaio de. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 248-271, 2019.

ANDRADE, M. de Paula. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, F. G. da (Org.). **Carajás:** desenvolvimento ou destruição? São Luís: CPT, 1995.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Os gaúchos descobrem o Brasil**: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: EDUFMA, 2008. 226 p.

CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 279-302.

IBGE; MAPBIOMAS. **Mapa de uso e cobertura da terra no Maranhão (1993, 2003, 2013 e 2023).** [S.l.]: IBGE, 2024. Dados do Projeto MapBiomas, 2023. Organização: CONCEIÇÃO, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário – Brejo, MA**. Disponível https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/brejo/pesquisa/24/76693. Acesso em: 20 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento sistematico-da-producao-agricola.html. Acesso em: 20 fev. 2025.

MACEDO, Fernando Cezar de; STOFFEL, Janete; VELOSO, Railene de Souza. A constituição da economia regional do Matopiba: Estado, fundos territoriais e exploração da força de trabalho. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba:** as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, em: https://doi.org/10.11606/9788575065129. 2024. p. 471–496.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57–67, jan./jun. 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Expansão do capital no campo brasileiro e a fronteira agrícola do Matopiba no contexto da mundialização financeirizada. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba**: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 24–60. DOI: 10.11606/9788575065129.

MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 145–164. M

ARQUES, Marta Inez Medeiros. **Propriedade da terra, Estado, relações capitalistas e formação territorial brasileira.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2025.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política – livro I. 36 ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2019.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Métodos Quantitativos e Qualitativos**: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropiação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012. https://doi.org/10.5007/1807 1384.2012v9n1p16.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro; FELICIANO, Carlos Alberto; FOSCHIERA, Atamis Antonio. Expansão do agronegócio no Matopiba e conflitos no campo no Tocantins no século XXI. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba:** as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. p. 519–541. DOI: 10.11606/9788575065129.

RODRIGUES, Vanderson Viana. Modernizações e conflitos territoriais: as ações do Estado capitalista em Alcântara – MA. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 19, n. 54, p. 264–286, fev. 2024. https://doi.org/10.14393/RCT195472839.

SOUZA, C. L. S. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 146, p. 73-90, jan./abr. 2023.

TERMINAL DE GRÃOS DO MARANHÃO (TEGRAM). **Movimentação de 13,5 milhões de toneladas de grãos no Porto do Itaqui em São Luís**. 2023. Disponível em: https://tegram.com.br/.

TERRA, Ademir. Os usos e (ab)usos do território nas comunidades de Tratada Cima, Tratada de Baixo e Buritizal no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. **Relatório Técnico**. São Luís: Fapema, 2016a.

TERRA, Ademir. Conflitos socioambientais entre a preservação ambiental e a reprodução camponesa no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 19, n. 55, p. 198-219, ago. 2024. DOI: 10.14393/ RCT195574010.